

PROTAGONISMOS RELIGIOSOS NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS NO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE.

GILNEI COPINI¹; RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO²

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – copinigilnei@gmail.com

²Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – rodrigo.azevedo@pucrs.br

1. INTRODUÇÃO

Circunscritos à instituição total designada como Penitenciária, manifestam-se distintos grupos heterogêneos, o que pode variar desde as facções que, perpassando do espaço externo ao cárcere, criaram redes de territorialidades internas em razão do aprisionamento de integrantes dos seus respectivos integrantes, até grupos específicos que possuem como centralidade as manifestações religiosas, que poderão variar de um lócus para outro.

A presente pesquisa tem, demarcando campos dentro de um campo já específico, como enfoque as percepções que as religiosidades constroem nos apenados que possuem, em algum sentido, vínculo religioso, que poderá ser, ou não, desde laços estabelecidos interna ou externamente à penitenciária (a pesquisa está em andamento, a qual será realizada no Presídio Central de Porto Alegre – PCPA – durante os anos de 2016 e 2017, por isso os apontamentos são parciais e iniciais por enquanto).

Dito isso, a análise busca, a partir da verificação das distintas manifestações religiosas, encontrar nessa microestrutura as narrativas, (inter)faces e ressignificações desses apenados que “convertidos” ou apenas frutos de convencimento e aqueles que já possuíam vínculos religiosos desde a anterioridade do encarceramento, em contraste, em paralelo, com as de apenados que não possuem referido vínculo e o corpo técnico-administrativo da Penitenciária, tendo sempre como premissa a ideia de que todas as manifestações são exercidas sob a hermeticidade de um sistema fechado e de controle biopolítico que se trata o sistema penitenciário.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada foi, inicialmente, a fim de delimitar o referencial teórico, realizada uma revisão bibliográfica no que tange à temática, especificamente com o levantamento de obras acerca da Antropologia da Religião, como também de leituras teóricas referentes ao encarceramento e controle social. Posteriormente, a pesquisa será a partir de pesquisa realizada in loco, por meio de observação participante, com o intuito de estabelecer contato com os apenados que possuem, ou não, vínculos religiosos, como também com o corpo técnico-administrativo da penitenciária, com a realização de entrevistas semiestruturadas e estruturadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As lacunas deixadas pelo ente estatal no cumprimento da pena abrem prerrogativas para a atuação de outros órgãos e instituições nesse vácuo, como também da internalização de narrativas e ressignificações para o *habitus*

carcerário. Deste modo, para além de outras atuações e linguagens que lastreiam o cárcere, há o papel que as instituições religiosas tomaram para si e passaram a exercer nesse *lócus*, até então não visto como acessível e instigante para as suas manifestações, que é o sistema carcerário, passando, por isso, a influenciar direta ou indiretamente na realizada social e política do apenado.

Conforme Dias (2008), os apenados que estabeleceram alguma relação religiosa passam a deter um comportamento que os distingue dos demais apenados, sendo, inclusive, de maior controle e contingenciamento, uma espécie de capilarização do controle total estabelecido pela instituição penal, pois, uma vez realizada a conversão para “o evangelho”, o preso acaba se apartando da massa carcerária – termo, aqui, utilizado para distinguir todos os apenados, sem distinção, com os apenados que são especificados por grupos, especificamente os que possuem vínculo religioso, que, em regra, são grupos que mantêm um e entre si, como um relativo afastamento do restante dos apenados, projetados, então, como “massa carcerária” -, submetendo-se a inúmeras práticas religiosas que lhe atribuem uma nova identidade, lida, nesse sentido, como ressignificação (JUNGBLUT, 1992).

Logo, as narrativas, (inter)faces e ressignificações dos presos que possuem de algum modo, e isso pode ser proveniente de relações estabelecidas a partir das relações estabelecidas dentro das penitenciárias, como também de fatores relacionais exógenos ao sistema penitenciário, vínculos religiosos poderão ser distintas das vistas nos olhares consubstanciados por apenados que não as possuem, tendo em vista que, embora dado a priori, as religiosidades são vistas por alguns como instrumentos de neutralização do eu, porém, de outro lado, podem ser instrumentos de alteridade, em algum sentido, principalmente no reconhecimento do outro (LEVINAS, 1982), como também de tensionamento a partir de uma certa aquisição de autonomia (RODRIGUES, 2002). A título exemplificativo, verifica-se que, em que pese as religiões de matriz (neo)pentecostal sejam predominantes em âmbito prisional, outras matrizes são verificadas em tal âmbito, como manifestações de grupos católicos, espíritas kardecistas, afro-brasileiros, entre outros, de acordo com a observação de (SCHELIGA, 2000).

Ressalta-se que, enquanto referidos grupos religiosos possuem características semelhantes entre si nas suas mais variadas manifestações em distintos locais, há também pontos que não estabelecem congruência entre si, uma vez que podem, ou não, os grupos de apenados com vínculos religiosos estarem separados dos outros apenados que não possuem vínculos religiosos, isso dependerá da penitenciária em que estiverem, especificamente, no que se refere ao Presídio Central de Porto Alegre, ainda não se verificou como se dão suas manifestações, visto que, por ora, a pesquisa está em processo de abordagem teórica com levantamento bibliográfico e de organização de recortes para o campo.

4. CONCLUSÕES

Por conclusão, até o momento, tendo em vista que ainda não se foi a campo, pode ser dito que as manifestações religiosas são constantes na quase totalidade das penitenciárias analisadas por pesquisadores que já se dedicaram a essa temática e objeto específico. Porém, não são semelhantes completamente entre si, uma vez que possuem suas peculiaridades de acordo com o viés religioso que possuem, campos (penitenciárias) em que se manifestam, fins que estabelecem para alcançar.

Há também, e esse é o ponto objeto da respectiva pesquisa, dissidentes narrativas, faces e ressignificações que referidas religiosidades protagonizam sobre os seus “convertidos” - ou “convencidos”(?) –, como também as variantes percebidas a partir do âmbito macroestrutural da penitenciária, que são as falas remetidas pelos diversos corpos sociais e políticos presentes, desde os próprios apenados com vínculos religiosos, até o corpo técnico-administrativo da penitenciária.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. S.A.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo**: Religião e violência na prisão. São Paulo. Ed Humanitas, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 27ª ed. Petrópolis. Ed. Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erwin. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4a ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.

JUNGBLUT, Airton Luiz. **Deus e nós, o diabo e os outros**: a construção da identidade Religiosa da Igreja Universal do Reino de Deus. Cadernos de Antropologia. PPGAS - UFRGS. 1992.

LEVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. 1ª ed. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1982.

RODRIGUES, Gilse Elisa. **Negociando crenças**: um estudo antropológico sobre conversão religiosa em uma penitenciária feminina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. **Transgressão, controle social e religião**: um estudo antropológico sobre práticas religiosas na penitenciária feminina do estado do rio grande do sul. Porto Alegre. UFRGS. Debates do NER, ano 6, n. 8, p. 17, jul./dez. 2005.

SCHELIGA, Eva Lenita. **“E me visitastes quando estive preso**: sobre a conversão religiosa em unidades penais de segurança máxima”. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) – PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.